

AVALIAÇÃO: QUAL A MORAL DESENVOLVIDA?

Mariana Nagamine Costanzi Ferreira¹ (UEL)

marianacostanzi@hotmail.com

Nicole Stephania Strohmayr Lourencetti¹(UEL)

Gabriel Gonçalves Freire¹(UEL)

Ana Claudia Saladini²(UEL)

Conflitos interpessoais na instituição educativa: intervenções, mediação e procedimentos de educação moral

Muitas são as reflexões relacionadas aos educandos, professores, avaliação e a construção do conhecimento a partir do processo de ensino-aprendizagem. Mas ainda são escassas reflexões que correlacione as com a construção da moral. Portanto, surge o problema da nossa pesquisa: Qual moral o professor ajuda a desenvolver no educando, quando avalia o processo ensino-aprendizagem? O objetivo do estudo foi identificar dentro das práticas avaliativas tradicional e mediadora, qual a construção da moral em que nela está inserida. Sendo assim a moral empregada no ensino tradicional é a heteronomia em que se consiste no sujeito egocêntrico que respeita as regras por que existe um sujeito que as dita, e os procedimentos avaliativos dessa abordagem se dá de uma forma mecanizada e repetitiva. Por outro lado temos a avaliação mediadora que se contrapõe à tradicional priorizando a construção de conhecimento, o diálogo entre educador e educando, a investigação e a tomada de consciência no processo avaliativo entre todos os sujeitos envolvidos. Neste processo a moral desenvolvida é a autonomia, se referindo ao sujeito participativo, que está envolvido em todo o processo, consciente de seus atos, que busca a cooperação e a reciprocidade; pois o ser autônomo não é apenas o estar sozinho e ser independente como muitos pensam. Portanto, o processo avaliativo, bem como a moral que será desenvolvida vem ao encontro dos pressupostos teóricos em que o professor se baseia, sendo necessária uma formação continuada e uma inquietação constante de sua ação docente.

Palavras-chave: avaliação; construção da moral; processo ensino-aprendizagem

INTRODUÇÃO

Quando a temática é a educação institucionalizada, muita são as reflexões relacionadas aos educandos, professores, avaliação e a construção

do conhecimento a partir do processo de ensino-aprendizagem. Tais reflexões são inerentes a um processo histórico de transformação que a sociedade vem passando e a escola como parte integrante deste, também se modifica.

Nesse processo de transformação que a escola está inserida, configuram-se sucessivas mudanças na forma de conceber o ensino que por ela deve ser desenvolvido. Assim, observamos que várias foram as finalidades da escola para com a formação dos educandos.

Neste contexto, percebemos que a maioria das escolas brasileiras no século XXI estão preocupadas com a formação de sujeitos autônomos por meio do ensino por elas promovido.

Vários são os fatores que dificultam ou contribuem com esse processo de formação de sujeitos autônomos. Assim, não é nossa pretensão listar todos os fatores que tornam difíceis ou auxiliam nessa conquista, uma vez que, são complexos e que um único estudo dificilmente dará conta de explicar.

Deste modo, ao falar na construção da autonomia baseado nos estudos de Jean Piaget (1994), especificaremos a contribuição da avaliação neste processo, relacionando-a com os tipos de sanções estabelecidas pelo autor. Assim, comenta Piaget:

Observemos a propósito que um dos aspectos mais delicados da educação a moral, e aquele onde existe justamente o maior desvio entre os métodos de autonomia ou de reciprocidade - formadores da personalidade - e os métodos de autoridade, é precisamente relativo ao problema das sanções. Existem castigos degradantes para aquele que os determina, e cuja essência mesma é sentida pela criança como totalmente injusta antes que ela se habitue a confundir os usos e os estados de fato com as regras moralmente válidas. Existe ao contrário uma maneira de infundir confiança ao invés de castigar, recorrendo à reciprocidade mais que a autoridade, que favorece, mais que qualquer imposição ou qualquer disciplina exterior, o desenvolvimento da personalidade moral (PIAGET, 1932/1977, p.71).

Quando focamos nossa atenção à avaliação, estamos preocupados com a perspectiva que vem sendo adotada pelos professores nas escolas. Pois,

entendemos que ao avaliar, o professor, pode auxiliar na construção da moral pelo educando. Surge então o problema da nossa pesquisa: Qual moral o professor ajuda a construir, quando avalia o processo ensino-aprendizagem?

Esse trabalho justifica-se pela necessidade de compreendermos que tipo de avaliação, pode ou não auxiliar no processo de formação moral autônoma pelos educandos, uma vez que, a palavra autonomia já virou “jargão”, e pouco se sabe como alcançá-la.

Com isso, nosso objetivo é identificar dentro das práticas avaliativas tradicional e mediadora, qual tipo de moral ficaria priorizada.

Para isso, realizaremos um estudo bibliográfico, na qual, estabeleceremos relação entre práticas avaliativas com perspectivas e ações tradicionais e críticas de ensino e o processo de desenvolvimento moral do sujeito.

AVALIAÇÃO TRADICIONAL E HETERONOMIA

A abordagem tradicional é pautada numa prática educativa na qual existe a transmissão de conteúdos, ou seja, uma ênfase aos modelos padronizados/ fechados e o professor é o único detentor do conhecimento. O processo educativo nessa abordagem está ligado ao produto que deve ser alcançado e não ao processo. A aprendizagem consiste na aquisição de informações, ignorando a individualidade dos educandos e o funcionamento das estruturas cognitivas do pensamento.

Segundo Mizukami (1986. p.17). “A relação professor-aluno é vertical, sendo que um dos pólos (o professor) detém o poder decisório quanto à metodologia, conteúdo, avaliação, forma de interação na aula etc.”, ou seja, o papel do professor se consiste na transmissão de conhecimentos a seus educandos, em que o professor é o agente e os educandos são apenas ouvintes.

Dessa forma, ao relacionarmos o ensino tradicional com o processo avaliativo, percebemos que este visa à reprodução exata do conteúdo, para

classificação, punição, reprovação ou aprovação do mesmo, não respeitando a individualidade de cada um.

O educando é reprovado quando não atingiu a média para passar da série em que está cursando e a constatação geralmente é realizada através das provas, exames, chamadas orais etc. Portanto, nesse modo de conceber o ensino, “não se avalia o que *cada* um aprendeu e o que *ainda* não aprendeu com vistas ao replanejamento do trabalho pedagógico que garanta a aprendizagem dos conteúdos considerados fundamentais” (BOAS, 1998, p.20)

Por conseguinte, ao se tratar do ensino e das práticas avaliativas na perspectiva tradicional verifica-se que, o educando acata as normas segundo a autoridade maior, o professor que o orienta.

A moral desenvolvida tem característica do egocentrismo em que a criança ainda está na fase da heteronomia. Segundo SILVA (2009, p38) “A heteronomia é a fase quando a fonte e a legitimação das regras estão no outro e dependem dele. Significa acatar normas segundo o que o outro dita, sendo, dessa forma, regulado pelo outro”. Assim, existe alguém que dita às regras/normas, orientando nas decisões e a criança acata pelo dever. Desta forma, ela tem que respeitar por que alguém mandou, e não por que compreendeu o porquê deve ou não realizar determinada atitude. Vale ressaltar que as ações morais do sujeito são reguladas por eventos exteriores.

Portanto Silva (2009) cita que “Vale ressaltar que a coação da figura de maior poder, como de alguma autoridade, impõe opiniões, costumes e regras prontas. A criança, nesse caso, não compreende a razão de ser das regras, por isso é considerada heterônoma.” (p.40).

Assim sendo, percebemos que o ensino tradicional, bem como os procedimentos avaliativos dessa abordagem se dá de uma forma mecanizada e repetitiva, não proporcionando a formação de educandos críticos, participativos, autônomos, pois, eles estão sempre coagidos por um controlador externo, em constante pressão para não ser punidos por não terem atingido o “mínimo”

necessário, muitas vezes deixando de compreender o conteúdo para decorar o que era para ser “aprendido”.

Nesta perspectiva a avaliação é somente feita pelo professor, não existindo a participação dos educandos nesse processo, bem como seus interesses sendo respeitados, afinal o professor é o único detentor do conhecimento.

Exemplificando uma avaliação na perspectiva tradicional, identificamos que isso ocorre quando o professor realiza um único instrumento, ou seja, uma prova objetiva sobre determinado conteúdo a fim de atribuir um valor numérico. Dessa forma, os educandos que não atingirem o mínimo (de acordo com as normas da escola), vão para recuperação ou até mesmo reprovam, sendo coagidos, estigmatizados, não respeitando a individualidade de cada ser. Nesse processo, o professor não se auto-avalia, nem seus educandos avaliam-no, não importando o conhecimento que eles têm e vão construir, visando somente à nota.

Fica claro que a moral desenvolvida quando se tem a avaliação punitiva, classificatória para fins de aprovação e reprovação, é aquela em que os educandos vivem em constante pressão, não promovendo a autonomia dos mesmos, respeitando as regras somente pela gratificação ou punição sem compreender o processo.

Portanto, ao relacionarmos o processo de desenvolvimento da moral com a avaliação tradicional, percebemos que a mesma está intimamente ligada com a sanção expiatória. Esta tem o caráter de ser arbitrária, pois a punição não tem relação com o ato cometido pelo educando, não fazendo o mesmo refletir sobre sua atitude, negando então a possibilidade da reflexão sobre os “erros” cometidos. Como por exemplo, se o educando não atinge a média necessária na prova, o mesmo não irá participar das aulas de Educação Física até que este esteja no padrão estabelecido.

AVALIAÇÃO MEDIADORA E A AUTONOMIA

Falar em avaliação não é simples para quem vê a educação com um olhar mais crítico e justo. Antes de se avaliar é preciso ensinar, e este ensino por sua vez deve priorizar uma aprendizagem dos educandos sobre algum conteúdo. Por isso, uma fundamentação teórica é fundamental para uma avaliação significativa na educação. Não podemos pensar em avaliação do processo de construção de conhecimentos se temos por trás disso uma concepção de educação tradicional, em que nossos educandos são simples executores e assim visando o produto, o resultado de tal movimento, por exemplo.

Segundo Hoffmann (1991, p. 21) é preciso:

Uma prática avaliativa coerente com essa perspectiva exige do professor o aprofundamento em teorias do conhecimento. Exige uma visão, ao mesmo tempo, ampla e detalhada de sua disciplina. Fundamentos teóricos que lhe permitam estabelecer conexões entre hipóteses formuladas pelo aluno e a base científica do conhecimento.

A partir dessas reflexões e concepções sobre a educação, abordamos uma concepção de avaliação que vá ao encontro desses pressupostos, sendo necessário todo um processo avaliativo, e não simplesmente uma avaliação final para medir o desempenho. Para esta avaliação, tomamos como norte os estudos de Hoffmann, que vai nos mostrar a avaliação mediadora, indo ao encontro de outro sentido e significado para a mesma.

Desta forma, a avaliação mediadora segundo Hoffmann (1993) apresenta os seguintes pressupostos: “A ação avaliativa mediadora se desenvolve em benefício do educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado”.

A partir dessa interação e troca constante de diálogo entre o educador e os educandos é que o ensino e a aprendizagem ocorrem, e a avaliação não mais é vista como uma forma de punir, de ameaçar e medir, mas também um

momento do educando aprender e o próprio professor ensinar. As correções não têm o caráter de apenas colocar um “X em vermelho”, porém apresentam-se como um momento de investigação dos educandos e interpretação para resolver tais problemas e conflitos gerados.

A avaliação mediadora ainda tem o compromisso de acompanhar todo o processo de construção de conhecimentos, considerando que a todo o momento na aula é possível avaliar. E desta forma podemos perceber que não priorizamos mais a memorização de tais saberes, mas sim seu entendimento, o conhecimento elaborado pelos educandos.

Ao estudar a avaliação, podemos fazer um paralelo com a questão do desenvolvimento moral no sujeito, como por exemplo, qual a moral que a avaliação mediadora pretende construir junto aos educandos? Hoffmann (1993) em seus escritos já nos apontou alguns indícios de como esta moral está relacionada com a avaliação mediadora.

O significado primeiro e essencial da ação avaliativa mediadora é o “prestar muita atenção” nas crianças, nos jovens, eu diria “pegar no pé” desse aluno mesmo, em entender suas falas, seus argumentos, teimando em conversar com ele em todos os momentos, ouvindo suas perguntas, fazendo-lhes novas e desafiadoras questões “implicantes”, até, na busca de alternativas para uma ação educativa voltada para a autonomia moral e intelectual. (1993, p.34).

A autonomia aqui mencionada se refere ao sujeito participativo, que está envolvido em todo o processo educativo, consciente de seus atos, que busca a cooperação e a reciprocidade; pois o ser autônomo não é apenas o estar sozinho e ser independente como muitos pensam.

Em relação à avaliação mediadora, a autonomia é um dos fatores que ela pode auxiliar na medida em que não mais puni os educandos por “tirar” notas baixas, “vermelhas”, mas procura uma solução em conjunto entre o educador e o educando para tal fato, buscando a justiça e a responsabilidade.

Nesta reflexão sobre a avaliação mediadora nos cabe ressaltar a moral autônoma, sem punições absurdas para avaliações abaixo da média, sem ameaças e seleções entre os educandos, mas sim visando a sanção por reciprocidade em que o educando tome consciência dos seus atos e suas conseqüências. Por exemplo, um educando ao receber a correção de sua avaliação, busca explicação do professor sobre uma questão incorreta; o educador por sua vez dialoga com o educando a fim que o mesmo compreenda possibilitando a reelaboração da mesma.

Neste momento está em evidência a cooperação, a consciência que fará com que nossos educandos sejam formados em um processo contínuo de construção de conhecimentos, em que os tornem cidadãos capazes de modificar tal realidade a partir de um desenvolvimento moral que busque a autonomia. Portanto, no sujeito moralmente autônomo, o controle de suas ações é interno, ou seja, é ele próprio quem organiza as suas ações, considerando as conseqüências para ele e/ou para o grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a moral que se desenvolve a partir da avaliação está relacionada com a concepção do professor sobre a educação, sendo que esta se constrói a partir de sua fundamentação teórica durante todo o processo de formação profissional. Deste modo, se a fundamentação que sustenta sua ação tiver princípios tradicionais o mesmo não vai desenvolver uma autonomia em seus educandos por meio também da prática avaliativa.

Verificamos nesse estudo que uma prática avaliativa sustentada em um ensino tradicional, favorece a formação de uma moral heterônoma, pois a escola nesta perspectiva prioriza o conhecimento como algo pronto e acabado, que deverá ser copiado e/ou memorizado pelo educando passivo, em que as relações estabelecidas são sanções expiatórias, cuja característica é a resolução do problema imediato.

Por sua vez, uma prática avaliativa que busca mediar a relação entre o conhecimento e o educando, considerando-o como um sujeito ativo, que ocupa-se em construir o conhecimento mediante sua ação, favorecendo uma moral autônoma, na qual, os problemas são resolvidos através de sanções por reciprocidade, que enfatiza a origem do conflito.

Portanto, toda ação docente (não só a avaliação) tem uma moral envolvida, mesmo que o professor não saiba o significado dela, ou seja, qual o sentido perante construção da moralidade nos educandos, o que pode ser preocupante quando se fala em educação de sujeitos, em formação de cidadãos autônomos.

A partir disso, é necessário que os professores estejam sempre estudando, pesquisando para buscar suportes que vão melhorar sua ação docente. Não há como pensarmos e almejarmos uma atuação crítica, transformadora, sem conceber que os conhecimentos do professor devem ser continuamente resignificados ao longo da profissão.

Desta forma, com um olhar diferenciado sobre a educação, as ações pedagógicas do professor, especificamente avaliativas, tendo em vista a construção de sujeitos autônomos, não serão fáceis, serão mais trabalhosas, mas não impossíveis de serem realizadas.

Enfim, destacamos e defendemos que a autonomia deixe de ser um “jargão” educacional sem sentido e significado e passe a ser de fato um processo de emancipação dos educando mediado pela ação docente.

REFERÊNCIAS

BOAS, B. M. de F. V. **Planejamento da avaliação escolar**. Pro-Posições – vol. 9 n 3 (27). Novembro 1998.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 1991.

_____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino:** As abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

PIAGET, J. **O Julgamento moral na criança.** São Paulo: Mestre Jou, 1932/1977.

SILVA, L. C. F. **Intervenções em situações de conflitos interpessoais nas aulas de Educação Física.** 2009. Dissertação (mestrado) – UEL, Londrina.